

## **IMPASSES E SUBJETIVIDADES NO LÓCUS FAMÍLIA E ESCOLA: DESVELANDO A(S) VIOLÊNCIA(S) IMPOSTA AOS JOVENS NÃO HETEROSSEXUAIS.**

Karine Nascimento Silva<sup>1</sup>

[karinensilva@hotmail.com](mailto:karinensilva@hotmail.com)

### **RESUMO:**

O estudo em andamento visa investigar a(s) violênci(a)s sofrida(s) pelos/pelas jovens não heterossexuais e de que forma essa (s) violênci(a) (s) tem se materializado no lócus da família e da escola ao assumirem identidade sexual e orientação sexual que divergem dos padrões heteronormativos, buscando compreender o papel da família e da escola em relação a uma dinâmica de não aceitação das pessoas. No âmbito escolar, os discursos heteronormativos não somente se consolidam gradualmente como também em uma sutileza silenciosa que se entrelaça aos discursos familiares, em processo de legitimação e retroalimentação, fomentam outros discursos, como os discursos homofóbicos. Assim, a temática acerca das sexualidades não heterossexuais e suas configurações no âmbito familiar e escolar necessitam ser repensadas e questionadas, a fim de que se tornem visíveis a(s) violênci(a)s às quais são submetidos os/as jovens supramencionados, nesse sentido se faz necessário redimensionar as possíveis nuances da(s) violênci(a)s como forma de violação dos Direitos Humanos relacionados à orientação e condição sexual e identidade de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência(s). Não Heterossexualidade. Escola.

## **1 INTRODUÇÃO**

Uma definição clara e unívoca a respeito da conceituação de família ainda releva-se desafiador às Ciências Humanas, visto que, apesar de haver algum consenso, não se

---

<sup>1</sup> Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Pós-graduada em Gestão e Supervisão Escolar pelas Faculdades Integradas Euclides Fernandes - FIEF e pós-graduanda em Educação a Distância pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Integrante do Grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura - NPEJI / UCSAL / CNPq. Participa e colabora com o GEHFTIM - Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Família, Territórios, Identidades e Memórias da UESB/ Campus Jequié. Endereço eletrônico: [karinensilva@hotmail.com](mailto:karinensilva@hotmail.com)

constitui uma fácil definição do que atualmente se concebe como família (s), entretanto, vislumbrando uma aproximação epistemológica entender-se-á como multireferencial e dinâmica. Coadunando com a perspectiva anunciada, Sarti (1992) afirma que “a contribuição da Antropologia para pensar a ‘desnaturalização’ e a ‘desuniversalização’ da família, desta família que conhecemos na nossa sociedade” (SARTI, 1992, p.69), o argumento remete ao rompimento da ideia do caráter natural de família, pois a mesma não provém da unidade biológica, da mera reprodução, mas também da constituição de alianças de grupos. Por conseguinte a autora supramencionada discute a decomposição das relações envolvidas na família que possibilitam também pensar a mudança na família como um processo não totalizante, mas que pode estar referido a um ou outro lugar elemento constitutivo da família, o que assinalaria pensar em família hoje como uma família em transformação, com diversos elementos em uma totalidade articulada como também combinações de diferentes maneiras.

Nesta perspectiva Sarti (1992) propõe repensar a família dentro de uma estrutura mais ampla, contextualizando-a em termos de classe e outras condições sociais no intuito de dimensioná-la melhor como processo geral. Em linha de pensamento divergente, que gera conflitos e embates, concebem-se a família como uma relação original enquanto segue critérios e diferenciação próprios, uma relação de gênero próprio, que corresponde às exigências funcionais e supra funcionais que não podem ser substituídas por outras relações sociais (DONATI, 1998).

Segundo abordagem de Donati (1998) diferentemente de outros grupos primários, a família se caracteriza por um modo específico de viver a diferença de gênero (que implica a sexualidade) e as obrigações entre gerações, um fenômeno primordial na história da humanidade em três sentidos: pela origem, pelo constante se reproduzir-se e pela pessoa individual. A família pode ser definida segundo Donati (1998) como lugar/espço (casa), como célula da sociedade, como modelo simbólico, estrutura, função, grupo vital ou como instituição assim por diante.

Todavia, na medida em que a sociedade se torna mais complexa e diferenciada, deve-se assumir o ponto de vista genético relacional, ou seja, a família é essencialmente relacional, uma rede relacional, um modo distinto segundo o qual se configuram as ações recíprocas que implicam intersubjetividades e conexões estruturais.

No campo sociológico os estudos sobre a família recebem a contribuição de Durkheim (2005) que ressalta a necessidade de conexão desses estudos com a estrutura social, bem como adverte para prevenção contra preconceitos em relação à família, ou seja, deve-se evitar conceber os modelos antigos de famílias para serem imitados ou considerar o atual como superior, assim Durkheim (1975, apud. Maior, 2005), alude que:

Para a ciência, os seres não estão uns acima dos outros, são apenas diferentes porque seus ambientes diferem. Não há maneira de ser e viver melhor para todos, com a exclusão de qualquer outra, e, por conseguinte, não é possível classificá-la hierarquicamente segundo se aproximem ou distanciem desse ideal único. [...] A família de hoje não é mais nem menos perfeita que a de antigamente: ela é outra porque as circunstâncias são diferentes. [...] O cientista estudará então cada tipo em si mesmo e sua única preocupação será a de procurar a relação que existe entre os caracteres constitutivos desse tipo e as circunstâncias que os cercam. (MAIOR, 2005, p.18 apud. DURKHEIM, 1975, p.25).

Nas últimas décadas as discussões relacionadas à família permearam em torno da suposta crise da família, em decorrência da baixa taxa de natalidade, aumento da expectativa de vida, declínio da instituição do casamento e banalização do divórcio. No entanto os estudos de Peixoto (2000), Singly (2000), Cicchelli (2000) assinalam que de fato, o que se observar não foi exatamente o enfraquecimento da instituição família, mas o surgimento de novos modelos familiares, construídos a partir desses fenômenos sociais, principalmente a partir de relações mais igualitárias entre os sexos, maior controle da natalidade e inserção da mulher no mercado de trabalho, contudo afirmam que;

As famílias atuais – que designo pelo termo de “modernas 2” – não estão em ruptura completa com essa família “moderna 1” na medida em que a lógica do amor se impôs ainda mais: os cônjuges só ficam juntos sob a condição de se amarem; os pais devem ainda dar mais atenção aos seus filhos. A família “moderna 2” se distingue da precedente pelo peso maior dado ao processo de individualização. O elemento central não é mais o grupo reunido, são os membros que a compõem. A família se transforma em um espaço privado a serviço dos indivíduos. Isso é perceptível através de numerosos indicadores do nível da relação conjugal, com a maior independência das mulheres, a possibilidade do divórcio por consentimento mútuo [...] Essa família “moderna 2” compõe-se com a individualização. Suas permanências e dá a esse preço, sua instabilidade também. Por isso, paradoxalmente, a família pode parecer frágil e forte: frágil, pois poucos casais conhecem antecipadamente a duração de sua existência, e forte porque a vida privada com uma ou várias pessoas próximas é desejada pela grande maioria das pessoas (sob certas condições, ou seja, se a família não é percebida como sufocante). A família deve ser designada, para nós, pelo termo de “relacional e individualista”. E é nessa tensão entre os dois polos que se constroem e se desfazem as famílias contemporâneas (PEIXOTO; SINGLY; CICCHELLI, 200, p.15).

Neste sentido a individualização resulta de um longo trabalho, de uma socialização efetuada principalmente durante a infância e a adolescência. Os autores afirmam que na educação familiar atual tem ocorrido uma desvalorização da obediência e valorização da iniciativa, autonomia e satisfação pessoal, ou seja, a criança aprende a ser um ser individualizado no seio de sua família de origem, torna-se um autônomo numa relação de

dependência. No entanto, a distância entre autonomia e independência no processo de individualização é o que diferencia cada vez mais jovens e adultos hoje em dia.

Em recorte a abordagem sobre família, os estudos que vem sendo realizados no Brasil evidenciam o interesse crescente, suscitado tanto pelas preocupações do movimento feminista como pelos estudos sobre a reprodução, estudiosos, entre eles, Durham (1982), Samara (1997) e Bruschini (1989), criticam a concepção clássica de família patriarcal brasileira, aceita durante anos, visto pelas autoras como modelo ideológico e a discussão volta-se para a sua penetração nos vários segmentos da sociedade brasileira da colônia a modernidade. As supramencionadas pesquisadoras enfatizam que o conceito de família, embora se refira a grupos sociais concretos, remetem prioritariamente ao modelo cultural e a sua representação, afirmando a variedade e amplitude de arranjos familiares diversos na história da sociedade no Brasil.

Além da dificuldade em conceituar família no Brasil, Bruschini (1989) explica que no plano da apreensão empírica, porém, esbarra-se em obstáculos de difícil superação, a começar pelo estabelecimento de critérios que tornem viável a operacionalização do conceito de família, assim afirma;

na tentativa de apreender o conceito de família, de um lado o que se tem é o recorte simbólico mais fluído dos estudos da antropologia, capazes de aprofundar na direção da dinâmica do relacionamento familiar, porém limitados a segmentos pontuais da sociedade. De outra parte, encontram-se as pesquisas domiciliares da Demografia ou da Sociologia, que por sua amplitude e abrangência podem levantar informações sobre muitas unidades domiciliares, traçando retratos familiares generalizáveis e, em alguns casos, sujeitos a comparações ao longo do tempo ou entre regiões, como nos levantamentos censitários. A natureza desses levantamentos, porém, permite que se tenha apenas uma visão estática do fenômeno observado, pois os dados são captados de forma transversal. No caso da análise da família essa limitação é mais grave, pois uma de suas características é o dinamismo que determina a história de cada grupo familiar, desde a formação até a dissolução dos núcleos conjugais. (BRUSCHINI, 1989, p.10)

Logo, a autora demonstra a limitação existente na captação das informações sobre família. Segundo ela, a natureza desses levantamentos demográficos e sociológicos permite apenas uma visão estática do fenômeno observado, o que consiste em uma severa limitação quando se estuda família, pois ela justamente se destaca por seu caráter dinâmico.

Partindo de outra dimensão discursiva, entende-se que a modernidade tardia (HALL, 2011) é marcada pelas discussões e a redefinição dos papéis sociais masculinos e femininos, por um lado às conquistas femininas e os conflitos masculinos apresentam-se como redefinições, assim também as instituições sociais são remodeladas, em especial a

família. A família hierárquica, com papéis bem delimitados e atribuições de gênero e geração é forjada pelo atributo de uma família igualitária, na qual esses papéis e atribuições de gênero e geração estariam com seus contornos cada vez mais diluídos, descentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas, como afirmadas por Hall (2011);

Um tipo diferente de mudança estrutura está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (HALL, 2011, p. 09).

Esses processos de mudança segundo o autor, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental que leva a considerar a própria modernidade está sendo transformada. Do ponto de vista da organização das relações de parentesco, pode-se dizer que a família passou por profundas mudanças ao longo da história, tal como é concebida hoje, só foi consolidada no século XIX, porém continua a atravessar um processo de transição. De tal modo que não convém caracterizar a família (s) contemporânea como unidade conceitual, devendo, antes, considerá-las em suas múltiplas configurações, famílias nucleares, recompostas, matrifocais, homoafetivas, entre outras configurações possíveis na atualidade.

Porém nem só de transformações e mudanças se estabelece na família, há aspectos em sua dinâmica que permanecem ao logo dos tempos, resistindo, assim, coexistem, lado a lado, mudanças, permanências, transições e tradições. Algo permanente é o papel da família e disseminação de valores, ou seja, no contexto familiar, as informações recebidas são gradualmente processadas e remodeladas, permitindo que os envolvidos elaborem sua visão de mundo e a maneira de sua inserção social, o processo de socialização primária ocorre no interior da dinâmica familiar, porém a educação para a sexualidade, ainda hoje, dificilmente é abordada na seara familiar, ou quando o é, não são reconhecidos todos os aspectos envolvidos nesse processo.

A família pode ser vista como espaço privado no qual, sistemas de valores e crenças internalizados, juntamente com os papéis e as construções de gênero, o que involucra os preconceitos e tabus que são transmitidos intergeracionalmente, e que perpassam por permanentes construções, reconstruções, desconstruções, são refutados ou reafirmados. No ocidente, o modelo familiar mais frequente corresponde ao modelo nuclear, ou seja, composto de um pai, uma mãe e filhos, sendo apoiado em uma realidade biológica irreduzível até dado momento, conforme escreve;

Como consequência, a família nuclear procriativas parece se impor como uma verdade incontestável, justamente por estar socialmente de acordo com o fato biológico. Daí ser tão fácil pensarmos em suas raízes no início dos tempos, considera-la como sendo a unidade fundadora da sociedade. Porém, se pensarmos nas diferentes formas de expressão da família, observaremos que existem variações temporais, espaciais e em uma mesma época e local (ZAMBRANO, 2006, p. 125)

Desta forma, a autora sugere a clareza na diferença que existe entre uma noção geral de família, de um lado, e suas manifestações, de outro. Lévi – Strauss (1976) em seus estudos também apontou que a família não é uma entidade em si, nem tampouco, uma entidade fixa, ela é, antes, o lugar onde se desenvolvem as normas de filiação e de parentesco, construindo sistemas elementares cuja finalidade é ligar os indivíduos entre eles e a sociedade. São os vínculos entre os indivíduos que criam a família bem como são as variações possíveis desses vínculos intrafamiliares que caracterizam as formas possíveis de família.

Portanto, embora a família nuclear, monogâmica, heterossexual e com finalidade procriativas se estabeleça como a mais comum e frequente, não é a única em na sociedade ocidental. Após o advento do divórcio, houve uma multiplicação de novos arranjos familiares possibilitando aos indivíduos a construção de novos tipos de alianças, como as famílias de acolhimento, recompostas e monoparentais.

Neste contexto de novos arranjos familiares emerge a família homoparental<sup>2</sup>, inscrevendo-se como forma de viver e tecer as relações familiares que difere do modelo heteronormativo, pois o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo incluindo, transexuais e travesti. Entretanto, tais uniões não possuem capacidade procriativas biológicas entre si, embora seus componentes possam tê-la individualmente. Presente na sociedade atual, ao nomear uma família até, então sem nomenclatura, permite-se que ela adquira uma existência discursiva, indispensável para indicar uma realidade, possibilitando o seu estudo e problematização (DE SINGLY, 2000 apud. ZAMBRANO, 2006, p.128). Porém, essa configuração familiar parece ainda estar à margem do conceito de família reconhecido perante o imaginário social, nas palavras do autor;

Recusar chamar de família esses arranjos, negar a existência de um vínculo intrafamiliar entre os seus membros (ainda que esses vínculos possam ter aspecto extremamente poliformo e variado) e impedir que tenham um

---

<sup>2</sup> Homoparentalidade é um termo cunhado na França, na década de 90, por membros da Associação de Pais e futuros pais Gays e Lésbicas (APGL), em Paris, nomeando a situação na qual pelo ao menos um adulto que se autodesigna homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança. O termo é alvo de muitas críticas por unir em um mesmo conceito e de forma aparentemente natural, dois temas distintos e não necessariamente relacionáveis, família e sexualidade, porém a opção de utilizar o termo se deve ao fato do termo ter sido incorporado nos trabalhos de diversos pesquisadores brasileiros (UZIEL, MELLO & GROSSI 2006 & UZIEL, 2007).

estatuto legal, significa “fixar” a família dentro de um formato único, que não corresponde à diversidade de expressões adotadas por ela nas sociedades contemporâneas (ZAMBRANO, 2006, p.129).

Analogamente, as nuances da diversidade sexual que não perfilam convergindo com os padrões heteronormativos hegemônicos, ainda estão culturalmente associadas a representações sociais subalternizadas e desqualificadoras. Desta forma, os comportamentos e identidades não heterossexuais, homoafetividade, bissexualidade, transsexualidade, travestismo, e demais formas de viver e sentir a sexualidade, frequentemente se inscreve no imaginário coletivo como evidência de desvios, patologias, perversão ou caráter falho. Em decorrência, quando são legitimadas e impenetradas nas relações sociais ocasionam as minorias a vivência de solidão, o isolamento e a segregação social.

Na adolescência, período de transição, por vezes ocorre desacordos e conflitos entre os pais e filhos, a ausência de diálogo franco e aberto acerca de vários assuntos, especialmente relacionados à sexualidade reforçam as barreiras de incomunicabilidade que separam as gerações. Como também não é raro o silenciar tácito desses conflitos, frequentemente a imposição de valores pré-estabelecidos e sacramentados pela tradição vão alimentar a repressão sexual. Todavia, a ampla liberação de costumes, que redesenharam o comportamento sexual nas últimas quatro décadas, os tabus e inibições que pairam sobre as manifestações da sexualidade humana continuam sendo amplamente disseminados e naturalizados, peculiarmente se tratando das chamadas sexualidades alternativas.

Sobretudo, percebe-se quando os jovens não atendem ao ideário masculino ou feminino da cultura vigente, logo a família apresenta dificuldades com a questão, neste sentido poderá ocorrer condições propícias de florescimento do preconceito, que por sua vez engendra atitudes e atos de discriminação, reforçando o estigma social associado às práticas sexuais não alinhadas ao padrão hegemônico.

A inexistência de acolhimento e de atitude respeitosa, de aceitação do modo de ser do indivíduo, acaba agudizando problemas de ajustamento e autoestima visto que potencializa os danos causados pela discriminação social sofrida nos espaços macrossociais, como escola e o trabalho. Assim, a temática acerca das sexualidades não heterossexuais e suas configurações no âmbito familiar e escolar necessitam ser repensadas e questionadas, a fim de que se tornem visíveis a(s) violênci(a)s às quais são submetidos os jovens ao se assumirem como homoafetivos<sup>3</sup> (as) ou/e não heterossexual<sup>4</sup>,

---

<sup>3</sup> Dias (2004), prefere chamar as relações homossexuais de “homoafetivas”, cunhou o termo “homoafetividade”, que busca afastar a carga de preconceito que a expressão “homossexualidade” contém. O relacionamento homoafetivo é, portanto, a união entre pessoas do mesmo sexo. DIAS,

nesse sentido se faz necessário redimensionar as possíveis nuances da(s) violência(s) como forma de violação dos Direitos Humanos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero.

Em parte, a sexualidade é abordada nas escolas ainda de forma preconceituosa e secundária, a maioria dos educadores e familiares dos jovens que não correspondem aos padrões heteronormativos<sup>5</sup>, muitas vezes desconsideram a diversidade sexual dos adolescentes, onde os processos identitários e as descobertas sexuais são tidos como aspectos sem relevância. Indubitavelmente, tornam-se imprescindíveis discussões que configuram as contradições da atual sociedade excludente, que obedece a parâmetros da ditadura de gênero: masculino/feminino, fomentando preconceitos e discriminações, crises e silêncios, o que implica num tema relevante e pertinente, pois externam os entraves sobre a homoafetividade e seu ethos no âmbito no familiar.

A grande maioria das famílias que têm filhos (as) homoafetivos (as) parece esperar por uma mudança nessa orientação sexual, no entanto tais perspectivas podem, com isso, fomentar a intolerância e o inconformismo, nesse sentido a família se constitui, para a grande maioria dos (as) homoafetivos (as), a principal preocupação, seja como fonte de repressão, seja como cobradora de compromissos sociais heterossexuais.

Entretanto, deve haver uma preocupação por parte dos envolvidos, ou seja, os atores sociais no cenário família e escola, para as experiências de imposição, mal-entendidos, isolamento, solidão e autorrecriminação dos próprios jovens, que podem ser constantes e evoluírem para situações extremas se não houver um esclarecimento das famílias em relação às suas expectativas acerca dos filhos e desses em relação a seus pais. A aceitação mútua é um novo tipo de relacionamento, até mesmo porque, aceitar de forma completa as expectativas e demandas sociais e familiares, para manter o amor em segredo, consiste em limitar a vida do indivíduo, gerando um isolamento pessoal muitas vezes opressivo (SANDERS, 1994).

Violências dos mais variados tipos contra a população que não correspondem aos modelos heteronormativos estão presentes nas diversas esferas de convívio social e constituição de identidades dos indivíduos. Suas ramificações se fazem notar no universo

---

Maria Berenice. **Conversando sobre homoafetividade**. Livraria do Advogado. Editora: Porto Alegre, 2004.

<sup>4</sup> A expressão não heterossexual vislumbra abarcar e incluir as sexualidades que tanto não se encontram engessadas conceitualmente na heterossexualidade quanto na homoafetividade, são as pessoas bissexuais, transexuais, travestis e demais condições de ser e viver a sexualidade.

<sup>5</sup> Os modelos heteronormativos se conceituam como refração de uma suposta realidade em que há uma divisão de categorias distintas, assimétricas e complementares, como masculino e feminino, sustentada no corpo biológico. BERLANT, Laurent; WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) Sexualidades Transgressoras. Barcelona Içaria, 2002.



familiar, nas escolas, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia, em diversas esferas do poder público e demais esferas sociais.

Diante da assertiva acima, reitera-se a necessidade de haver investigação na área das violências impostas aos jovens homoafetivos pela família e escola, pensando tessituras e inter-relação com as categorias: família, gênero, violência, identidades e educação para a diversidade sexual, entendendo a ação de educar em um contexto abrangente, relacional e inclusivo, podendo contribuir na perspectiva acadêmica/científico, com debates, propostas e futuros projetos sobre o tema.

A presença de alunos (as) homoafetivos (as) nas escolas, de certa forma, exige que o corpo docente e discente tenha interação e conhecimento sobre o assunto a fim de promover o processo inclusivo em relação ao movimento holístico em respeito à diversidade sexual, cultural e social. Esses jovens ao assumirem-se como homoafetivos (as) em seus contextos familiares tornam ainda mais pungentes os conflitos que envolvem a descoberta de sua sexualidade.

A fim de que se estabeleça a dignidade plena da pessoa humana em relação a sua sexualidade, alguns questionamentos são elencados: quais são as violências sofridas pelos jovens homoafetivos (as) e de que forma essa (s) violência (s) tem se materializado no *locus* da família e da escola? A partir dessa inferência, quais as consequências da(s) violência(s)? De que maneira os laços entre a família impõem os modelos de como ser homem ou mulher, masculino ou feminino, hétero ou homoafetivo (a)? Quais são os desafios das famílias heterocêntricas para o acolhimento de seus (as) filhos (as) homoafetivos (as)?

## **2 Revisitando conceitos: homoafetividade o recôndito entrelaçado na família e na escola**

As relações intrafamiliares vêm sofrendo mudanças nas últimas décadas, os estudos sobre a família apresentam inicialmente as dificuldades particulares que o assunto oferece por remeter a um assunto abrangente e contraditório, existe uma diversidade de significações, os fatos são inter-relacionados num movimento de teias de relações a partir do papel que os membros definem para si e para os outros, portanto não há precisão nem esclarecimento definido sobre a família, neste sentido Simionato; Oliveira (2003) afirmam que:

Embora a família possa ser vista como um sistema, isto é, uma unidade de pessoas em interação com especificidade e funcionamento próprios, que compartilham sentimentos, valores, crenças, conhecimentos e práticas, formando laços de interesse, solidariedade e reciprocidade, ela constitui-se

como um sistema semiaberto, com uma história própria composta por vários estágios aos quais correspondem tarefas específicas, e inserido numa diversidade de contextos. Assim, na união entre os membros de uma família, “baseada na intimidade, respeito mútuo, amizade, trocas e enriquecimento conjunto” (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003, p. 58).

Neste sentido, pode-se acrescentar o entendimento de família como uma entidade que possui valores antagônicos e que ao mesmo tempo, preenche a relação de solidariedade e afeto, como também de conflito e tensão entre seus membros. Na visão de Petrini (2005, p.27) “A família representa para a vida social uma experiência única de sociabilidade humana, não comparável, com nenhuma outra forma de vida institucional”. Portanto a família torna-se um terreno privilegiado para estudar as novas conjecturas da sexualidade, configurando-se numa das dimensões humanas mais complexas por constituir-se de um elo entre aspectos subjetivos do ser humano (filosóficos, sociais, históricos, antropológicos, pedagógicos e psicológicos) e aspectos biológicos (genéticos, reprodutivos, identidades genitais). Neste sentido, a sexualidade é uma condição humana, híbrida e social, embora seja fundante na vida humana.

Coadunando com as perspectivas apresentadas por mudanças de paradigmas referentes à sexualidade no contexto familiar e escolar, considera-se oportuno a seguinte assertiva: “... à afirmação de que as identidades modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas.” (HALL, 2011, p.8). Sendo assim, no tocante das relações e fenômenos sociais torna-se obscuro oferecer afirmações conclusivas ou julgamentos seguros, pois como menciona Hall (2011):

As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades tradicionais e as modernas [...] A modernidade, em contraste, não é definida apenas como a experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas é uma forma altamente reflexiva de vida (HALL, 2011, p. 15).

Em meio aos discursos de mudanças estruturais na sociedade e das concepções de identidades, a homoafetividade transcende do seio familiar aos espaços escolares, de certo que atualmente a invisibilidade dos sujeitos homoafetivos está fragmentada como também o movimento da constituição de identidades homoafetivas se consolida e emerge em todas as esferas sociais. Contudo, nota-se que existe uma grande complexidade e ausência de explicações comprovadas a respeito da questão homoafetiva bem como demais formas de sexualidade não heterossexuais, porém, os seguintes aspectos não serão abordados no presente estudo, pois o investimento em uma suposta resposta ou descrição de causas sobre a não heterossexualidade culminará no afastamento do entendimento de condição sexual não heteronormativa, pois não empreendimento na literatura atual de explicar a

heterossexualidade. Portanto será objeto do estudo a investigação das representações dos jovens homoafetivos (os) em relação à violência(s) imposta em decorrência da identidade não heterossexualidade no lócus família e escola.

Para iniciar a discussão sobre o conceito de identidade, segundo Bauman (2005) é vista como um horizonte ao qual o indivíduo se empenha, se avalia, censura e corrige os seus movimentos, ou seja, se define como sujeito. Em seguida, Bauman (2005) remete que a identidade aparece como algo a ser inventada e não descoberta, ressaltando que o sujeito não nasceria com uma identidade pré-definida, mas iria construí-la ao longo de sua vida. Em concordância com a referida linha de pensamento a contribuição de Hall (2000) mostra que toda identidade tem necessidade daquilo que lhe falta e mesmo que esse outro que lhe falta seja outro silenciado e inarticulado, o que explica um pouco a existência de identidades que sofrem silenciamento por parte do perfil dominante da sociedade.

Judith Butler (2003) trás a discussão identitária para o campo do gênero e complementa ao explicar que quando alguém diz que é mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é, ou seja, diariamente os indivíduos circulam por diversos grupos, cada um com sua identidade característica, no entanto cada grupo pelo qual se circula irá muitas vezes refletir um pouco da própria identidade, pois a partir do momento que as diferenças e semelhanças existentes entre os indivíduos ajudam a compor a identidade de cada um. No entanto, no momento que alguém se identifica como não heterossexual diferente da identidade sexual compartilhada pela maioria das pessoas, o que a princípio não justificaria uma exclusão, são expostas a reações das mais diversas formas violentas e preconceituosas. Esses indivíduos em muitos casos podem se encaixar no que Bauman (2005) chama de subclasse, onde qualquer outra identidade que você possa ambicionar ou lutar para obter o que lhe é negada a priori, ou seja, havendo exclusão desse indivíduo de outros grupos, o que prejudica sua inserção, por exemplo, em determinadas religiões, no mercado de trabalho, na família e na escola, entre outros locais e grupos.

Algumas dessas identidades podem ser caracterizadas como minorias dentro de um padrão dominante de sociedade, em consequência a discriminação. A questão da formação de uma identidade homossexual, enquanto identidade coletiva, com suas particularidades e símbolos característicos. Para melhor entender como é formada essa identidade e vivência homossexual, deve-se considerar uma série de fatores que podem interferir na realidade dos indivíduos que a partilham, sendo o preconceito o primeiro a ser considerado, por atuar muitas vezes de forma direta na vida destes indivíduos, resultando na sua discriminação.

Na maioria dos casos o preconceito existe pelo não conhecimento, e até mesmo por parte do próprio indivíduo, associando aos homossexuais concepções negativas e irreais. Isso foi percebido quando recentemente era natural considerar “doente” um indivíduo

homossexual no Brasil, bem como a falta de informação que leva a discriminação de homossexuais pela ligação que ainda hoje é feita entre o homossexual e a AIDS, “doença gay”. Fatos como esses fazem com que muitos homossexuais não vivenciem de forma plena a sua identidade, vivendo “dentro do armário” (gíria utilizada no Brasil para definir o sujeito que não assume a sua homossexualidade), pois o fato desse sujeito assumir a sua identidade homossexual acarretaria problemas na vivência de suas outras identidades, na sua vida em sociedade, por haver conflitos entre essas identidades, dependendo do meio em que ele está.

A violação de Direitos Humanos relacionada à orientação sexual e identidade de gênero presumidas das vítimas constitui um padrão determinante, envolvendo variadas espécies de abusos e discriminações que são violências cometidas contra indivíduos por motivos os mais diversos e isso é notório no Brasil. A discriminação traz consigo um forte componente o qual Bourdieu (1989) conceituou como violência simbólica, ou seja, “Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força” (BOURDIEU, 1975, p. 19). Vale também sublinhar a violência homofóbica, cometida contra os indivíduos cuja orientação e/ ou identidade de gênero presumidas não se conformam à heteronormatividade. Ou seja, são também recorrentes episódios contra sujeitos que, apesar de se autoidentificarem como heterossexuais e/ou cisgênero, têm a eles atribuídas características que fazem com que os perpetradores das violências os classifiquem como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Os estudos de gênero e o movimento Queer<sup>6</sup>, uma série de estudiosos que opta por problematizar o termo homofobia, indo contra a invisibilização das violências e discriminações cometidas contra homoafetivos (as) e transgênicos (travestis e transexuais). Para os fins do presente estudo, entende-se homofobia como preconceito ou discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas.

---

<sup>6</sup> Os estudos Queer começaram a ser desenvolvidos a partir do final dos anos 80 por uma série de pesquisadores e ativistas bastante diversificados, especialmente nos Estados Unidos. Oriundo dos estudos culturais, juntamente com os estudos pós coloniais, são caracterizados como estudos subalternos. Um dos primeiros problemas é a tradução do termo Queer, “pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p. 38). A ideia dos teóricos foi a de positivar esta conhecida forma pejorativa de insultar os homossexuais. Segundo Butler (2002), apontada como uma das precursoras dos estudos Queer, o termo tem operado uma prática linguística com o propósito de degradar os sujeitos aos quais se refere, “*Queer acquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos*” (Butler, 2002, p. 58). Por isso, a proposta é dar um novo significado ao termo, passando a entender Queer como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas.

Por outra vertente grande parte das famílias convencionais, operam a partir de uma crença de que todos os filhos serão heterossexuais e crescerão seguindo estilos de vida e vivências desse tipo (SANDERS, 1994). De fato, arquivos do Grupo Gay da Bahia trazem inúmeros registros de filhos e filhas que sofreram inúmeras agressões físicas por parte dos pais, quando esses descobriram sua homossexualidade (MOTT, 2003). Tal superposição de vitimizações indica o agravamento da vulnerabilidade de grupos sociais como pobres, negros, mulheres e jovens, cuja discriminação é intensificada quando a essa condição associam-se orientação sexual e identidade de gênero estigmatizadas.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para investigar as violências impostas aos jovens homoafetivos no *lócus* da família e escola do município de Jequié utilizar-se-á uma Pesquisa Social e segundo Minayo (1999), entraremos num campo que permitirá *“penetrar num mundo polemico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo”* (MINAYO, 1999, p.20). Adiante a autora cita que *“o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”* (MINAYO, 1999, p.21), contraditório, complexo e em constante transformação. Dessa forma optamos pela metodologia com abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (2007):

responde a questões particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, das motivações, aspirações, das crenças, valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2007, p. 21).

A opção metodológica proposta por Minayo consiste em permitir ao pesquisador a descrição e identificação detalhada das violências aos quais são submetidos os jovens homoafetivos (as) materializado no ambiente da escola e da família. O *lócus* da pesquisa será o município de Jequié/BA, tendo como grupo de amostra um conjunto formado por jovens das escolas públicas e seus respectivos familiares.

Considerando que a pesquisa qualitativa pretende investigar opiniões e atitudes das famílias e dos envolvidos na escola, opta-se aqui pela entrevista semiestruturada. Será garantido o anonimato dos entrevistados utilizando siglas ou letras, preservando a identidade dos mesmos. Após os dados coletados estes seguirão para a técnica de História de Vida, pois Minayo (1999) considera que *“A História de Vida apresenta as experiências e*

as definições vividas por uma pessoa, um grupo, uma organização, e como esta pessoa, esta organização ou este grupo interpretam sua experiência” (MINAYO, 1999, p.126).

Na História de Vida, além da noção de processo, a riqueza de detalhes que pode advir das informações coletadas junto aos sujeitos pode sugerir novas variáveis, novas questões e novos processos que podem conduzir a uma reorientação da área. Com isso investigaremos o fenômeno a partir do ponto de vista dos sujeitos homoafetivos, de seus familiares e dos espaços escolares que frequentam, objetivando obter informações fidedignas e condizentes com o estudo em questão.

Com isso, tendo a questão da interpretação clara e ciente de que os resultados que possivelmente poderão ser alcançados, ainda que se vislumbrem os limites desta pesquisa, acrescentará algo para seus possíveis leitores, seja relacionada à teoria ou algo concernente a questão homoafetiva. O levantamento bibliográfico e documental será uma constante no processo. Sendo assim, visitas ao CREAS/Jequié, ao Núcleo de Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (NUDH) na mesma localidade serão importantes durante toda a trajetória de pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERLANT, L.; WARNER, M. Sexo em Público. In: JIMÉNEZ, Rafael M. M. (editor) **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona: Içaria, 2002. p. 229-257.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRUSCHINI, M. C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.6, n.1, p.1-23, jan./jun.1989. Disponível em: < [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol6\\_n1\\_1989/vol6\\_n1\\_1989\\_1artigo\\_1\\_23.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989/vol6_n1_1989_1artigo_1_23.pdf)>. Acesso em 24 abr. 2013

DANIEL, M; BAUDRY, A. O fato homossexual e suas interpretações. In: **Os homossexuais**. Rio de Janeiro: Artenova, 1997.

DONATTI, P. **Manuale di Sociologia della Famiglia**. Trad. João Carlos Petrini. 4. ed. Bari: Laterza, 1998.

DURHAM, E. R. Família e Casamento. In: **Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Vitória: ABEP. v. 1, 1982, p 31-50.

DURKHEIM, É. Introduction à la sociologie de la famille. In Textes: 3. Fonctions sociales et institutions, pp. 9-34. Presentation de Victor Karady. Paris: Les Éditions de Minuit. In. MAIOR,

H. P. S. Durkheim e a família: Da "Introdução à Sociologia da Família" à "Família Conjugal". In: **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 9, vol. 16, n.1, 2005.

GREGOLIN, M. R. Sentido e Sujeito e Memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11ªed.1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MINAYO, C. de S. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: WESTPHAL, M. F. (Org.) **Violência e Criança**. São Paulo: Edusp, 1999.

\_\_\_\_\_, C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP, 2012.

MOTT, L. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

PETRINI, J.C. Políticas sociais dirigidas à família. In: BORGES e CASTROS (Orgs.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Org.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SAMARA, E. M. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista** (UFG), Goiânia, v. II, n. 2, p. 07-21, 1997.

SANDERS, G. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: E. Imber-Black (Org.), **Os segredos na família e na terapia familiar** (p. 219- 244). Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SARTI, C. A. Contribuições da antropologia para o estudo da família. **Psicol. USP**, 1992, vol.3, no.1-2, p.69-76. ISSN 1678-5177.

SIMIONATO, M. A., & Oliveira, R. G. **Funções e Transformações da Família ao longo da História**. I Encontro de Paranense de Psicopedagogia. ABP.

UZIEL, A. P.; GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luís. (orgs.) **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ZAMBRANO, E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. Horiz. **Antropol.** [online]. 2006, vol. 12, no. 26 [citado 2007-05-23], pp. 123-147. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832006000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200006&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-7183.